

Pinheiro Advogados

21721

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL
DA COMARCA DE RECIFE- PE

MINEGILDO FLORENTINO DE MEDEIROS, brasileiro, casado
desempregado, portador da cédula de identidade 3.824.795 SDS/PE, inscrito no CPF
sob nº 766.276.324-20, domiciliado na Rua Beija-Flor, 190, Passarinho, Recife - PE
vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência por seu advogado infra-
assinado (instrumento de procuração doc. anexo), com fulcro no art. 275, II, "D e E" do
Código de Processo Civil, ajuizar a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT

com fulcro na Lei 8.441/92, que dá nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos
demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, em face da **SEGURADORA LÍDER
DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado,
inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, situada na **Rua Senador Dantas, nº 74, 5º
andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP - 20031-205**, pelo que declara e passa a
expor:

Pinheiro Advogados

PRELIMINARMENTE

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Requer a concessão do benefício da Justiça Gratuita ao autor, vez que não possui meios para arcar com as custas deste processo, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, conforme comprova através de documento em anexo. Fundamenta seu pedido nos arts. 4º e seguintes da lei nº 1.060/50, com redação dada pela Lei nº 7.510/86, e art. 5º, LXXIV da CF.

DOS FATOS

O requerente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia **08-04-2011**, sofrendo lesões gravíssimas que resultaram em sequelas definitivas, visto que, do ocorrido, resultou uma **debilidade irreversível no membro inferior, decorrente da fratura na perna esquerda**, assim impedindo o desempenho de suas funções habitualmente exercidas, conforme perícia traumatológica.

Sendo vítima de acidente de veículo automotor, o requerente atrai a aplicação da Lei nº 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não); conforme o artigo 3º, alínea "b" que dispõe:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vítima:

- a) ...
- b) até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Portanto, o requerente perfaz o direito de receber o total da perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores, no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, a título de indenização, conforme tabela em anexo, fazendo jus ao autor o recebimento da diferença para integralizar toda a monta indenizatória.

Pinheiro

Advogados

No entanto, não recebeu o valor devido **ATÉ A PRESENTE DATA**, em total desrespeito à legislação vigente, fazendo jus o autor ao recebimento do valor total no tocante à lesão sofrida, qual seja a **FRATURA NA PERNA**, referente ao membro inferior, a fim de integralizar toda a monta indenizatória.

Logo, o autor faz jus ao recebimento de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, valor alcançado pela tabela do seguro DPVAT.

Sendo assim, esclarecendo novamente, o autor não recebeu o integral de pleno direito, em total desrespeito com a legislação vigente, fazendo jus ao recebimento do valor integral da indenização, de direito do Autor.

Conforme documentos anexos, o requerente comprova o acidente e o dano por este causado, em consonância com o art. 5º, da Lei 6.194/74, que exige a simples prova do acidente independente da existência de culpa, conforme jurisprudências transcritas a seguir, in verbis:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3204-1 Cod. 96.001.04550
QUARTA CÂMARA - Unânime Juiz: PAULO GUSTAVO
REBELLO HORTA - Julg: 27/06/96 DPVAT. FALTA DE
CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N. 8441/92.
INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA. A Lei n.
8441/92 não conflita com o art. 192 da Constituição da
República nem contraria a essência do contrato de seguro,
previsto no art. 1432 do Código Civil, nos casos em que o
seguro não se acha realizado ou vencido, pois a constituição
obrigatória do consórcio de seguradoras foi criado justamente
para cobrir a indenização por pessoas acidentadas,
independente do pagamento do prêmio. Inconstitucionalidade
rejeitada. A indenização por morte em acidente de trânsito é
devida, mediante simples prova do acidente, ainda que não
recolhido o DPVAT. Cabe a seguradora acionada reaver do
consórcio o que tiver satisfeito em face da aplicação do art. 7.
da Lei n. 8441/92.(grifo nosso)

Pinheiro

Advogados

DO REQUERIMENTO

Destarte, ante o exposto é a presente para REQUERER à Vossa Excelência o quanto segue:

- 1) A citação da requerida para comparecer em audiência, designada por este juízo, caso queira, sob pena de sofrer os efeitos da revelia e confissão;
- 2) A PROCEDÊNCIA da presente, com a condenação da requerida ao pagamento do valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, da indenização do seguro obrigatório DPVAT, corrigidos monetariamente e juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no artigo 3º, alínea "a", da Lei 6.194/74 e com fulcro no art. 275, II, "D e E" do Código de Processo Civil;
- 3) Requer a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor, por ser parte hipossuficiente desta relação;
- 4) Requer que Vossa Excelência conceda os benefícios da justiça gratuita, considerando que o autor não pode arcar com as custas e demais despesas processuais.
- 5) Atesta à autenticidade dos documentos trazidos a baila a este M.M. Juízo, sob responsabilidade exclusiva do advogado patrono desta ação, conforme artigo 365 do Código de Processo Civil;
- 6) Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, sem exceção nenhuma, especialmente pelos documentos que instruem esta inicial.
- 7) Por cautela, requer que seja oficiado o IML, para averiguar o grau da lesão do autor, através de perícia traumatológica.
- 8) Requer a condenação em honorários advocatícios na importância de 20%.

Pinheiro

Advogados

- 9) Julgar totalmente procedentes as pretensões do Demandante acima pleiteada, por ser da mais inteira JUSTIÇA.
- 10) Outrossim, requer sejam todas as intimações publicadas exclusivamente em nome dos Procuradores **BRUNO VIEIRA FERNANDES PINHEIRO, OAB-PE 27.264** e **PAULO ROBERTO FERNANDES PINHEIRO, OAB-PE 14.088**, com escritório na Rua Francisco Alves, nº. 105, sala 305 Ilha do Leite, Recife – PE, CEP 50070-490.
- 11) Dá-se a esta o valor R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos

Pede Deferimento

Recife, 17 de fevereiro de 2014.

PAULO ROBERTO FERNANDES PINHEIRO
OAB/PE 14.088

BRUNO VIEIRA FERNANDES PINHEIRO
OAB/PE 27.264

GUILHERME TRINDADE H. B. CAVALCANTI
OAB/PE 27.322


ÁGUEDA FABIANA DE ALMEIDA VALENÇA
OAB/PE 21.510



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

**11875-Reclamação Pré-processual (PROCEDIMENTOS PRÉ-PROCESSUAIS DE
RESOLUÇÃO CONSENSUAL**

0023973-45.2014.8.17.0001



Assuntos: Acidente de Trânsito > DPVAT

Tramitação Preferencial 1

☐ SIM
☒ NÃO

Tramitação Preferencial 2

☐ SIM
☒ NÃO

Gratuidade Judiciária

☐ SIM CF, Art. 5º
☐ NÃO inciso LXXIV

Nº do Processo
0023973-45.2014.8.17.0001

PROCESSO DO 1º GRAU
Volume Apenso

Data Autuação
26/02/2014 09:30

Data: 08/04/2014 13:59
Classe originária:

DISTRIBUIÇÃO

Tipo: Distribuição - Sortelo Automático

ÓRGÃO JULGADOR

Comarca: Recife
Vara: Central de Conciliação Mediação e Arbitragem da Capital

PARTES

Autor : Minegildo Florentino de Medeiros
Adv : Agueda Fabiana de Almeida Valença
Réu : SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SEÇÃO DE MUTIRÕES DE CONCILIAÇÃO DA CAPITAL

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Autor(a): Minegildo Florantino de Medeiros
inscrito no CPF: 766.276.324-20, vem solicitar com respeito
no Art. Nº 1 da Instrução Normativa nº 8 do TJPE de 28.08.2013, publicada
em: 30.08.2013, edição 160/2013, que os presentes autos que versam
sobre Intencização de DPVAT, sejam remetidos imediatamente à Seção
Seção Especializada de Mutirões de Conciliação a Capital, antes da
distribuição para alguma das Varas Cíveis, para que o feito possa ser
inserido em pauta de Mutirões de acordo com o cronograma anual da Seção.

Recife, _____ de _____ de 2013.

"DE ACORDO"

Minegildo Florantino de Medeiros
Autor(a)

Pinheiro
Advogados

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Minegildo Florentino de Medeiros
CPF: 866.276.324-80, RG: 1.829.795-503/PE
Domicílio na Rua Beija-Flor, 190,
Massaroca, Recife - PE

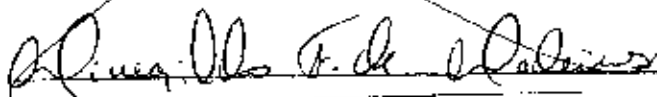
OUTORGADOS:

Paulo Roberto Fernandes Pinheiro, brasileiro, advogado, OAB/PE 14.088 e
CPF/MF nº 090.613.044-15 e Bruno Vieira Fernandes Pinheiro, brasileiro,
advogado, OAB/PE 27.264, com Escritório na Rua Francisco Alves, 105, sala
307, Ilha do Leite, Recife - PE, onde recebem notificações e intimações.

PODERES CONCEDIDOS:

Amplios poderes, admitidos os das cláusulas "AD JUDÍCIA" e "EXTRA-JUDÍCIA",
para o foro em geral em qualquer instância ou Tribunal de Justiça Federal ou do
Estado de Pernambuco, bem como em todo Território Nacional, para em nome da
outorgante propor ação, contestar, embargar, agravar, recorrer, firmar
compromisso, reconvir, concordar, discordar, oferecer provas, desistir, transigir,
fazer declaração, confessar, protestar, receber e dar quitação ingressar em
qualquer juízo, receber cheque referente ao pagamento da complementação da
indenização do seguro DPVAT, intimações/notificações, receber alvarás, podendo
reter os honorários contratuais com percentual de 30% do valor do acordo
eventualmente firmado, aceitar ou impugnar laudos, contas, habilitações,
avaliações e partilhas, interpor qualquer tipo de recurso tanto nas fases
administrativas, como judiciais, requerendo e acompanhando tudo quanto for de
direito dos outorgantes. Enfim, os outorgados podem praticar todos e quaisquer
atos conexos e consequentes a fim de agir em defesa dos direitos e interesses
pessoais da outorgante, podendo inclusive substabelecer esta procuração a quem
lhe prover, no todo ou em parte, com ou sem reservas de iguais poderes, dando
tudo por bem, firme e valioso.


Recife, 21 de março de 2013.



SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reservas, os advogados GUILHERME TRINDADE H. B. CAVALCANTI, inscrito na OAB/PE sob o nº 27.322, ÁGUILDA FABIANA DE ALMEIDA VALENÇA, inscrita na OAB/PE sob o nº 21.510, o Bacharel em Direito MÁRIO ALVES VIEIRA JUNIOR, inscrito no CPF/MF sob o nº 073.888.944-03 e os acadêmicos, BRUNO SELVA DE MENDONÇA, WLISSES DANIEL DA SILVA FILHO e BRYAN ESTEVES FERNANDES DE ASSIS, inscritos respectivamente no CPF/MF sob os nºs, 061.381.754-09, 084.088.654-39 e 073.792.514-06, os poderes a mim conferidos.

Recife, 14 de janeiro de 2014.



PAULO ROBERTO FERNANDES PINHEIRO
OAB/PE 14.088

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
 CARTeira NACIONAL DE HAUTILITACAO

Nome: MARCELO FLORENTINO DE MENEZES

Doc. Identific. (CPF) 2826792 888 28

Off: 784.275.524-20

Out: 09/05/1974

Raça: BRANCO

Marital: SOLTEIRO

Profissao: 000000

Ass: 000000

Out: 00

Registro: 02662147682

Vigencia: 25/09/2017

Expiracao: 19/12/2002



VALIDA EM TODOS
 O TERRITORIO NACIONAL
 682898490

Observacoes:

A

Exerc Ativ Remunerada

Assinatura do Portador

Local: RECIFE - PE

Data Emissao: 06/04/2013

Assinatura do Emissor

54645564396

PER49502357

RECIFE - PE (PERNAMBUCO)

PROBUE PLASTIFICAR
 682898490



Seguradora Líder • DPVAT

MINEGILDO FLORENTINO DE MEDEIROS
RUA BELJA-FLOIR, 190
PASSARINHO
CEP 52170-050 - RECIFE - PE

DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS

Eu, QUINELDO FLORENTINO DE MEDEIRA

DECLARO, nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1963 e, para os devidos fins, de que sou pobre na acepção jurídica do termo, não dispondo de condições econômicas para custear as despesas judiciais, sem sacrifício do sustento meu e de minha família.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

_____, ____ de 2013.

Queldo F. de Medeiros



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO
POSTO POLICIAL DO HOSPITAL MIGUEL ARRAS - 28º CRC DEL. PAULISTA

BOLETIM DE Ocorrência Nº 13E2113000044

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 17/05/2013 às 16:06

ACIDENTE DE TRANSITO COM VITIMA NAO FATAL - Rotoso (Consumado) que aconteceu no dia 8/4/2011 às 22:00

Fato ocorrido no endereço: MUNICÍPIO DE RECIFE, 1, BR 101, PROXIMO A ESTRADA DO PASSARINHO -
Bairro: CENTRO - Município: RECIFE - Estado: PERNAMBUCO - País: BRASIL
Local do Fato: VIA PUBLICA - Polítima: NAO INFORMADO

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:
VALDIR FERREIRA DA SILVA (OUTRO)
MNEGILDO FLORENTINO DE MEDEIROS (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): VALDIR FERREIRA DA SILVA

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

(OUTRO) - VALDIR FERREIRA DA SILVA (não presente ao plantão) - Sexo: Masculino
Idade: NAO INFORMADO; País: NAO INFORMADO Data de Nascimento: NAO INFORMADO; Nacionalidade: NAO INFORMADO / NAO INFORMADO

Estado Civil: NAO INFORMADO; Escolaridade: NAO INFORMADO; Profissão: NAO INFORMADO; Telefone de Contato: NAO INFORMADO; Telefone Celular: NAO INFORMADO
Endereço Residencial: NAO INFORMADO
Endereço Comercial: NAO INFORMADO
Dados Complementares: NAO INFORMADO

(VITIMA) - MNEGILDO FLORENTINO DE MEDEIROS (presente ao plantão) - Sexo: Masculino
Mãe: ORLEA SOARES DE MEDEIROS; Pai: MARCEL FLORENTINO DE MEDEIROS Data de Nascimento: 08/1974; Nacionalidade: NAO INFORMADO / NAO INFORMADO / NAO INFORMADO

Estado Civil: NAO INFORMADO; Escolaridade: NAO INFORMADO; Profissão: NAO INFORMADO; Telefone de Contato: NAO INFORMADO; Telefone Celular: NAO INFORMADO
Endereço Residencial: BARRIO DE RECIFE (BAIRRO), 190, RUA BELA FLOR, VILA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, CONAS PASSARINHO BAIXO, 5000-000, DO RECIFE, RECIFE, PERNAMBUCO, BRASIL
Endereço Comercial: NAO INFORMADO
Dados Complementares: NAO INFORMADO

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

MOTOCICLETA (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): VALDIR FERREIRA DA SILVA, que estava em posse do(a) Sr(a): VALDIR FERREIRA DA SILVA

Categoria/Marcado do: MOTOCICLETA / HONDA / MX - Objeto apreendido: Não - Número de Série: NAO INFORMADO

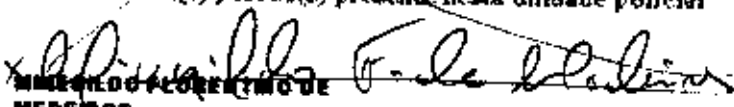
Coc PRETA - Quantidade: 1 (UNIDADE NÃO INFORMADA) Valor Unitário: (MOEDA NÃO INFORMADA)

Placa: KNF2254 (PERNAMBUCO / NÃO INFORMADO) Renavam: 294321788

Complemento / Observação

INFORMA A VITIMA QUE NA DATA DO FATO ESTAVA TRAFEGANDO NA VIA LOCAL DA BR 191 E AO PASSAR POR UM DESVIO RAPISTA PARA PEDIR A PISTA PRINCIPAL A RODA TRASEIRA DESTRANOU VINDO O MESMO A CAMINHO CHÃO, A VITIMA PILOTAVA UMA MOTOCICLETA DE PROPRIEDADE DO SR. VALDIR FERREIRA DA SILVA, PLACA KNF 3354, E FOI SOCORRIDO POR POPULARES PARA O HOSPITAL MOUEL ARRAS, COM DIAGNOSTICO DE LESÃO DE ARTERIA TIBIAL POSTERIOR, MAS LESÃO DO TENDÃO DO CALCANEIO, MAS LESÃO DE TENDÕES FLEXORES DO TORMOZELO ESQUERDO, DEPOIS FOI TRANSFERIDO PARA O HOSPITAL GETULIO VARGAS NADA MAIS ENCONTRO O PRESENTE B.O

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial


MANOEL DO CARMO DE
MEDEIROS
(VITIMA)

B.O. registrado pelo policial: ADRIANE CAVALCANTE FIDELIZOLA - Matrícula: 272.878-2



SECRETARIA DE SAÚDE DE PERNAMBUCO
HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO CIENTÍFICA

BOLETIM DE ESCLARECIMENTO

NOME: MINEGILDO FLORENTINO DE MEDEIROS

Ocorrência da Emergência: 001285

1.1 Atendimento em: 09/04/2011

1.2 ÀS 01 horas e 27 minutos

1.3 Internado:

1.4 Retirou-se às hs e min.

2. Internamento Eletivo – Reg. Geral No.

2.1 – Internado em:

2.2- Alta em:

3. Hipótese Diagnóstica: LESÃO ARTERIAL TIBIAL POSTERIOR ESQUERDA+LESÃO DO TENDÃO CALCANEIO E FLEXORES ESQUERDO.

4. Tratamento: LIMPEZA CIRURGICA+LIGADURA DE ARTERIA TIBIAL POSTERIOR.

5. Observação: 5.1 AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO FORAM TRANSCRITAS NA ÍNTEGRA DA FICHA E/OU DO PRONTUÁRIO DO PACIENTE. NÃO FOI REALIZADO TENORRAFIA NA EMERGÊNCIA. DEVERÁ REALIZAR TENORRAFIA NO 2º TEMPO. TRANSFERIDO PARA O HOSPITAL DE CONVÊNIO EM 11/04/2011 às 13 horas e 51 minutos, VÍTIMA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO.

DATA: 28.12.2012

PASTA: 01.12.2012

RI

HK

Dr. Roberto Fantini
Secretaria de Saúde de Pernambuco
ORL - 225 - SOC - MG

Dr. Roberto Fantini



FICHA DE ESCLARECIMENTO

Nome: Minegildo Florentino de Medeiros

Registro: 22458

Idade: 38 anos

Endereço: Andorinha nº100, Passarinho - Recife-PE

Filho de: Onilda Soares de Medeiros

Data do atendimento: 09/04/2011 às 00:06hs.

Data da alta: 09/04/2011 às 01:10hs.

Diagnóstico: Lesão de artéria tibial posterior + lesão do tendão do calcâneo + lesão de tendões flexores do tornozelo esquerdo.

Tratamento Realizado: Paciente transferido para o HGV.

Assinatura e carimbo

HMA - Hospital Miguel Arraes
Dr. Tiago Feitosa
Diretor Técnico - CRM 14801

informações contidas neste documento servem para: DPVAT-EMPRESAS-ESCOLAS-SEGUROS.



Endereço: Rua Santa Cruz, 1563 - Santo Amaro - Recife - PE - CEP 51.040-000 - Fone: 3-117.3500
Hospital Santo Amaro - Recife - Hospital "Dom Leão de Almeida"

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que o **Paciente Minegildo Florentino de Medeiros**, **prontuário - 808.089**, foi admitido neste hospital em 11/04/2011 com Diagnóstico de Lesão de Tendão de Aquiles Pé Esquerdo sendo submetido a Tratamento Cirúrgico de Rotura do Tendão de Aquiles Pé Esquerdo (Tenorrafia) em 12/04/2011. Recebeu alta com melhora clínica em 13/04/2011. CID - S 86.0

Recife, 28 de Abril de 2011.


Roberta Cavalcanti de Almeida
Diretora Técnica

Hospital Santo Amaro
CRM 13.434
Drª Roberta Cavalcanti de Almeida
Diretora Técnica
CRM Nº 13.434



Irmãdãde da Santa Casa de Misericórdia do Recife
HOSPITAL SANTO AMARO
Convênio SUS

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Paciente:

Maria José da Silva

Imagem

Idade: 66.5
T41.3 - SÍNDROME
DE TROMBOSE
ABERRO.

CIROSE DE
FÍGADO DE FASE
ACUTIZADA DE
PARCIAL E HÍP
ERÓICA E HÍP
ERÓICA

Imagem



Irmãdado da Santa Casa de Misericórdias do Recife
HOSPITAL SANTO AMARO
Convênio SUS

PRESCRIÇÃO MÉDICA


Paciente: *Minicquillo Florentino*

CID: *M 66.5.*

Diagn.: *ruptura*
TENDÃO AQUILES ESQ.
OPERADO.

NECESSITA DE 06
(seis) MESES DE AFAS-
TAMENTO DO TRABALHO

28/04/2011.

ESCRITÓRIO: <u>Ald</u>		DATA DA AUDIÊNCIA: <u>29.05/14</u>	SPROC: <u>4283052</u>	
ESCRITÓRIO QUE REALIZOU A AUDIÊNCIA: () O MESMO () OUTRO <u>Banco J</u>		UP: _____		
____ <input checked="" type="checkbox"/> VC () REC () TI COMARCA: _____		____		
AUTOR	NOME: <u>Marigilda Florentino de Medeiros</u> () VITIMA () BENEFICIÁRIO () REP. LEGAL			
PROCESSO	<u>0023973-45.2014.8.47.0001</u>			
VITIMA	NOME: _____ CPF: <u>766.276.324-20</u> () INCAPAZ () MENOR			
OBJETO	() MORTE () INVALIDEZ () REEMBOLSO DE DANOS	DATA DO SINISTRO: <u>08.04/14</u>		
LAUDO NOS AUTOS?	() NÃO () SIM <input checked="" type="checkbox"/> JUDICIAL () PARTICULAR () MUTIRÃO ANTERIOR () OUTROS: _____			
USO AFIRMADO DO LAUDO ANTERIOR AO MUTIRÃO:	____ () 10% () 25% () 50% () 75% () 100%			
AVALIAÇÃO MÉDICA NO MUTIRÃO:	1. <u>PC. R59</u> () 10% () 25% <input checked="" type="checkbox"/> 50% () 75% () 100%			
	2. _____ () 10% () 25% () 50% () 75% () 100%			
	3. _____ () 10% () 25% () 50% () 75% () 100%			
EMPRESA MÉDICA	() ATPE () CNIS () MS MOZES () INEP () BALER () EXTRAMER () ACE <input checked="" type="checkbox"/> SALUBER			
DATA DO ÓBITO: ____/____/____	CERTIDÃO DE ÓBITO () SIM () NÃO	BENEFICIÁRIOS: () CONJUGE () FILHOS () OUTROS: _____	QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS: _____	
MUTIRÃO DE CONCILIAÇÃO DPVAT VP = R\$ <u>200.000</u> H = R\$ _____ M - 843,75 M - 84,37	ACORDO <input checked="" type="checkbox"/> SIM Valor Total do acordo: R\$ <u>928,12</u> () NÃO		MOTIVOS PARA NÃO ACORDAR AO ACIDENTE: <input type="checkbox"/> AUTOR NÃO COMPROMETIDO <input type="checkbox"/> LITIGANCIA <input type="checkbox"/> NÃO ACEITOU PROPOSTA <input type="checkbox"/> SINISTRO PASSO ADMINISTRATIVAMENTE <input type="checkbox"/> FLEGITIMIDADE ATIVA <input type="checkbox"/> PRESCRIÇÃO <input type="checkbox"/> VITIMA AINDA EM TRATAMENTO <input type="checkbox"/> VITIMA SOFREU O ACIDENTE MAS NÃO HÁ LESÃO <input type="checkbox"/> SENTENÇA DE EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO NOS AUTOS <input type="checkbox"/> SINISTRO NÃO É DE RESPONSABILIDADE DO COMÉRCIO <input type="checkbox"/> JÁ EXISTE PAGAMENTO JUDICIAL NOS AUTOS <input type="checkbox"/> JÁ EXISTE PAGAMENTO JUDICIAL EM OUTRO PROCESSO <input type="checkbox"/> SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA COM TRÂNSITO NOS AUTOS <input type="checkbox"/> SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA SEM TRÂNSITO NOS AUTOS <input type="checkbox"/> NÃO É ACIDENTE CAUSADO POR VEÍCULO AUTOMOTOR <input type="checkbox"/> VITIMA POSSUI LESÃO MAS NÃO HÁ NENHUM COM O ACIDENTE <input type="checkbox"/> REGULACÃO 2 (AUSENCIA DE PAGAMENTO DO DUT) <input type="checkbox"/> REGULACÃO 8 <input type="checkbox"/> OUTROS _____	
	PAGAMENTO ADMINISTRATIVO <input checked="" type="checkbox"/> SIM () NÃO			
	NATUREZA DO SINISTRO: () 1 - MORTE () 2 - INVALIDEZ () 3 - DANOS () OUTRA			
	VALOR DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO:	R\$: <u>2534,25</u>	NAT: _____	
	VALOR DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO:	R\$: _____	NAT: _____	
	PAGAMENTO JUDICIAL	R\$: _____	NAT: _____	
	NATUREZA DO PETO (TELA 09):	DATA DO PETO: ____/____/____		
	GRÁFICA LIDER:  Cassiano Altoé Advogado OAB-RJ 142863			



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Fórum da Conciliação
Central de Mutirões

Fórum Rodolfo Aureliano - 1º Andar Hall Monumental, s/nº - Joana Bezerra - Recife/PE - CEP: 50090-700 - F: (81) 3181-0461

TERMO DE SESSÃO DE MEDIAÇÃO/CONCILIAÇÃO

Processo Judicial nº 0023973-45.2014.8.17.0001

Vara: CCMA

MINEGILDO FLORENTINO DE MEDEIROS

DPVAT - SEGURADORA LÍDER

Conciliador responsável: Wlisses Daniel da Silva Filho

Aos 28 de maio de 2014, feito o pregão às 09:00, na presença da MM. Juíza de Direito Dra. Luzicleide Maria Muniz Vasconcelos, do conciliador Wlisses Daniel da Silva Filho, deu-se por aberta a audiência de conciliação, na qual compareceram a parte Demandante, o Sr. MINEGILDO FLORENTINO DE MEDEIROS (CPF 766.276.324-20 e RG sob nº 3.824.795 SDS/PE), assistido pelo advogado Dr. Bruno Vieira Fernandes Pinheiro, (OAB/PE 27.264), a Empresa Demandada, SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, representada pelas prepostas Fernanda Pinto da Costa Diniz (CPF: 118.620.727-28), Leila Márcia Nogueira da Costa Caires (CPF: 034.062.507-42), Daniela Castro, (CPF: 088.398.387-75), Antônio Menezes (124.159.127-00) e Danielle Oliveira (096.130.537-19), Paulo Leite (CPF: 029.186.977-70) e Thais Martins de Carvalho (CPF: 124.057.697-86), conforme carta de preposição, assistida pela Dra. Gabriela Harnes de Aquino Veloso (OAB/PE 33731).

ABERTA A AUDIÊNCIA, após ser a parte autora submetida a exame, de acordo com os médicos-peritos conforme LAUDO DE VERIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE LESÕES PERMANENTES em anexo:

As partes para fins de composição chegaram ao seguinte acordo:

1. A DEMANDADA SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT compromete-se a pagar o autor, o Sr. MINEGILDO FLORENTINO DE MEDEIROS (CPF 766.276.324-20 e RG sob nº 3.824.795 SDS/PE), o valor total de R\$ 928,12 (novecentos e vinte e oito reais e doze centavos), dos quais R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos) serão em favor da autor e R\$ 84,37 (oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos), referentes aos honorários sucumbências, até o dia 31 de JULHO de 2014.

2. O pagamento será realizado por meio de CHEQUE NOMINAL. O autor desde já autoriza o seu patrono a retirar, mediante o escritório responsável por esse processo, o cheque nominal em seu nome, o Sr. MINEGILDO FLORENTINO DE MEDEIROS (CPF 766.276.324-20 e RG sob nº 3.824.795 SDS/PE), no valor acima descrito.

Fica advertida a parte demandada que o descumprimento da obrigação de pagar ora acordada ensejará a execução por quantia certa no valor acordado, acrescido de multa de 10% (dez por cento), mais juros de 1,0% (um por cento) ao mês e correção monetária, até a data do efetivo cumprimento.

Satisfeita a obrigação, a parte demandante dará plena, geral e irrevogável quitação de todo o objeto deste litígio para nada mais reclamar a este respeito, em juízo ou fora dele.

As partes renunciam o prazo recursal.

Resolve a MM Juíza, por uma questão de celeridade processual, decretar a seguinte decisão:

SENTENÇA

Nos termos do artigo 2º, inciso I da Instrução Normativa nº 08 de 28/08/2013, publicado no DO em 30.08.2013, tendo em vista a conciliação celebrada entre as partes, conforme ata de audiência realizada no X Mutirão DPVAT, acostada aos autos, resolvo HOMOLOGAR POR SENTENÇA, os termos conciliatórios pactuados, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, pelo que preceitua o artigo 269, III do CPC. Vistos, etc. Ciente as partes, declinam a assinatura nesta ata de acordo. Após, arquite-se.

Recife, 28 de maio de 2014.

Juíza Coordenadora

Wlisses Daniel da Silva Filho
Conciliador

DEMANDANTE

Advogado DEMANDANTE:

SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS
DO SEGURO DPVAT S/A

Daniela Castro
Seguradora Líder - DPVAT

Advogado DEMANDADO:

Gabriela Harnes de Aquino Veloso
Advogada
OAB/PE 33.731

3

Nº do Processo: 0023973-45.2014.8.17.0001

Nome completo: MINEGILDO FLORENTINO DE MEDEIROS

CPF: 766.276.324-20

Vara: CCMA

Endereço completo:

Cidade: RECIFE

Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes

Local: Recife Informações do acidenteData do Acidente: 08/11/12

Avaliação

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

a) ☒ Simb) ☐ Não

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s): De Esq

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

a) ☐ Simb) ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporáriasb) ☒ dano anômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

Paralisação e claudicação
de

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

a) ☐ Sim; em que prazo: _____b) ☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mas susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no Instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total (Dano anômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima.b) ☒ Parcial (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima.

INFORMAÇÕES DA VÍTIMA

b.1) ☐ **Parcial Completo** (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

b.2) ☒ **Parcial Incompleto** (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento
Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

2º ES

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐
☒ 50% Média ☐ 75% Intensa

2ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐
☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐
☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐
☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Data da realização do exame médico legar:

29/5/14

Dr. Rodrigo Castro
Ortopedia e Traumatologia
Cirurgia de Coluna Vertebral

Espace para assinatura do médico legista perito

André de Oliveira Lima
CRM 5264361D

Informações Complementares

Relatório Detalhado do Processo

(Código do Processo =226991)

0023973-45.2014.8.17.0001 (ID 226991) Tribunal de Justiça de Pernambuco Recife

Fase: Encerrado (12/06/2014)

Data Citação: 16/05/2014

Pasta DPVAT JURÍDICO: 1281052

Valor Causa: 13.500,00

Partes

Autor / Beneficiário	Minegildo Florentino de Medeiros (766.276.324-20) Rua Beija-Flor, 190 - Passarinho - Recife/ PE /
Advogado Autor / Beneficiário	Águeda Fabiana de Almeida Valença (OAB/PE 21.510) Rua Francisco Alves nº 105 / sl. 307 - Ilha do leite - Recife / PE CEP: 50070-490 Telefone1: (81) 3241-7111 E-mail: fabiana@pinheiros.adv.br
Réu	Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/A (09.248.608/0001-04) Rua Senador Dantas, 74 , 5º andar - Centro - Rio de Janeiro / RJ CEP: 20.031-205 Tipo Pessoa: Jurídica
Vítima	Minegildo Florentino de Medeiros (766.276.324-20) Rua Beija-Flor, 190 - Passarinho - Recife/ PE /

Análise Prévia

Sinistro no MEGADATA: Não

Há Laudo Administrativo: Não

Litispendência: Não

Coisa Julgada: Não

Prescrição: Não

Análise Técnica

Data do Sinistro: 08/04/2011

Acordo

Acordo Realizado: Sim

Dentro Alçada

Valor do Acordo: 928,12

Data do Acordo: 29/05/2014

Parecer de Acordo:

Acordo realizado no XI Mutirão DPVAT de Recife - PE.

Trata-se de ação indenitária objetivando o recebimento de indenização a título de diferença de invalidez, proposta perante a Vara Cível da Comarca de Recife - PE (Estado que não aceita a gradação antes da edição da MP 451/08), no qual a parte Autora requer que a Ré seja condenada ao pagamento de 13.500,00.

O sinistro ocorreu em 08/04/2011 e por determinação foi aplicada a gradação da Lei nº 11.945/2009, tendo, portanto, seu LMI fixado em R\$ 13.500,00.

Sendo assim, após o procedimento da avaliação médica pessoal que corroborou para constatação da debilidade sofrida, o acordo foi finalizado em R\$ 928,12.

Consulta Processual 1º Grau

Visualização de texto de movimentação

Dados do Processo

NPU:	0023973-45.2014.8.17.0001
Data:	31/07/2014 12:07
Fase:	Sentença

Texto

Tipo:
Homologação de Transação

SENTENÇA

Nos termos do artigo 2º, inciso I da Instrução Normativa nº 08 de 28/08/2013, publicado no DO em 30.08.2013, tendo em vista a conciliação celebrada entre as partes, conforme ata de audiência realizada no XI Mutirão DPVAT, acostada aos autos, resolvo HOMOLOGAR POR SENTENÇA, os termos conciliatórios pactuados, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, pelo que preceitua o artigo 269, III do CPC.

Arquive-se.

Recife, 31 de julho de 2014.

Luzicleide Maria Muniz Vasconcelos
Juiza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Seção Especializada em Mutirões de Conciliações da Capital
Fórum Dês. Rodolfo Aureliano - 1º Andar ala norte - Joanna Bezerra - Recife/PE - CEP: 50090-700 -
F: (81) 3181.0446

Estes dados são apenas informativos, não tendo nenhum valor legal.

RECIBO

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A a quantia de **R\$ 928,12 (novecentos e vinte e oito reais e doze centavos)** pelo cheque nº. 068352, agência 1769, Banco do Brasil, como forma de pagamento do acordo realizado entre as partes, nos autos da *ação de cobrança DPVAT*, promovida pelo beneficiário **MINEGILDO FLORENTINO DE MEDEIROS** da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A em curso perante a Central de Conciliação mediação e Arbitragem Vara Cível da Comarca de Recife/PE, processo nº. **0023973-45.2014.8.17.0001**.

Tendo recebido o valor acima discriminado e estando plenamente satisfeito com o pagamento ora realizado, **dou à SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A plena, geral e irrevogável quitação para mais nada reclamar, com fundamento na ação acima caracterizada, seja em juízo ou fora dele**, firmado o presente.

GPROC 1281052

Recife/PE 11 de julho de 2014.


ÁGUEDA FABIANA DE ALMEIDA VALENÇA OAB/PE nº 21.510
OAB/PE Nº 21.510



CHECKLIST – ENCERRAMENTO
ALDAIRTON CARVALHO SOCIEDADE DE ADVOGADOS
GPROC 1281052

STATUS NO GESTOR PROCESSUAL		SIM	NÃO	N/A
Comprovante de Pagamento/Depósito da Obrigação *		x		
pDespacho com Determinação de Arquivamento		X		
Pagamento dos Honorários Periciais*				x
Pagamento dos Honorários Advocatícios*				x
Pagamento de Custas Finais*				x
Existência de Bloqueio/Penhora de Bens				
Baixa da Apólice de Seguro Garantia*				x
Desbloqueio Realizado*	Data.:			x
Devolução Judicial*				x
Principais Peças Acostadas no Gestor Processual - GPROC		x		

*Ações que comportam a marcação N/A (Não aplicável).

